



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

PRESIDENTE

Leonardo de Melo Gadelha

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

José Orlando Ribeiro Cardoso

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Antônio Bacelar Ferreira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Omar Ney Nogueira Moraes

EQUIPE TÉCNICA

Aleida Vilalva Conde

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Denise Aparecida Benedito Brandão

Edenilda Soarez da Silva

Edna Maria da cruz Duarte de Almeida

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

João Alberto Teixeira Diniz Júnior

Josbete Monsuethi Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Keila Vieira Rabelo

Leonardo de Sousa Oliveira

Lissandra Holanda Bonfim

Marileide Honório da Silva Barros

Roberson Coelho de Abrantes

Vanderlei Padilha de Almeida

Venúsia de Paula Costa



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Sumário

1. INFORMAÇÕES GERAIS	5
2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	15
Nota 02 – Baixa de Sdo. do Gpo 11.341.02.00 – Crédito por Dano ao Patr. Decisão TCU ...	17
Nota 03 – Imobilizado	17
Nota 04 – Passivo Circulante	20
Nota 05 – Passivo Não Circulante	23
Nota 06 – Receita da Folha de Benefícios	24
Nota 07 – Restos a Pagar	26



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

LISTA DE SIGLAS

APS	Agência da Previdência Social
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DVP	Demonstração da Variação Patrimonial
EPU	Encargo Previdenciário da União
IAPAS	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISF	Indicador de Superávit Financeiro
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SGPIWEB	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das despesas de EPU e LOAS	6
Tabela 2 - Quantidade de Créditos com Encargos Previdenciários da União – EPU	7
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Previdenciários	8
Tabela 4 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo	9
Tabela 5 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido	11
Tabela 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição	16
Tabela 7 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição	16
Tabela 8 - Imobilizado – Composição	18
Tabela 9 - Bens Móveis – Composição	18
Tabela 10 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição	20
Tabela 11 - Passivo Circulante – Composição do INSS	21
Tabela 12 - Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	21
Tabela 13 - Fornecedores com ISF F	22
Tabela 14 - Fornecedores com ISF P	22
Tabela 15 - Passivo Não Circulante – Composição	23
Tabela 16 - Receita do Leilão por Código de Pagamento	25
Tabela 17 - Receita do Leilão – 2015 a 2017 (3º Trimestre)	25
Tabela 18 - Receita do Leilão – Arrecadação até Setembro (2015, 2016 e 2017)	26
Tabela 19 - Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar	27
Tabela 20 - Restos a Pagar Não Processados	28
Tabela 21 - Restos a Pagar Processados	29

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Receitas Arrecadadas até o 3º trimestre - exercícios de 2015 a 2017	26
---	----



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24/07/1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como os benefícios de caráter assistencial, comumente chamados de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

No exercício de 2014 houve a cisão das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Dessa forma, a contabilização dos benefícios previdenciários passou a ser efetuada no Órgão 37904 – FRGPS.

Por **sua vez**, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC de caráter assistencial, juntamente com a manutenção da máquina administrativa, continuaram a ser registrados no Órgão 37202 – INSS, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 1 - Relação das despesas de EPU e LOAS

		R\$ milhares	
Origem Orç.	Natureza Despesa Detalhada	Setembro/2017	Setembro/2016
EPU	Complementação de Aposentadorias - Pes. Civil	393.338.691,68	396.366.072,65
	Complementação de Pensões - Pessoal Civil	357.534.854,20	350.170.790,65
	Pensões Vitalícias de Seringueiros	177.510.214,04	174.559.391,80
	Pensões das Vítimas de Hanseníase	81.944.013,46	80.684.580,19
	Pensões de Anistiados Políticos	66.958.867,19	67.142.889,47
	Pensões da Síndrome de Talidomida	24.742.141,95	26.208.380,53
	Pensões Graciosas/Indeniz. Leis Específicas	1.103.892,39	1.225.564,69
	13º Sal. - Pensões Civ. – Enc. Previd. da União	539.797,98	561.636,64
	Pensões das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru	457.303,85	435.635,34
	13º Sal. Pess. Civil – Enc. Prev. da União - EPU	12.188,22	14.555,76
	Salário-Família Inativo Civil	279,00	264,00
Total EPU		1.104.142.243,96	1.097.369.761,72
LOAS	Benefício ao Deficiente	21.570.119.520,48	19.329.843.639,80
	Benefício ao Idoso	17.220.104.071,62	15.679.602.148,19
	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	956.354.907,02	1.001.270.287,35
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	166.036.726,04	200.166.229,22
Total LOAS		39.912.615.225,16	36.210.882.304,56
Total Geral		41.016.757.469,12	37.308.252.066,28

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal de 1988 - CF, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, buscando atender a cobertura de eventos relacionados com doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, como também, a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes.

Os benefícios assistenciais estão disciplinados no art. 203 da CF-1988, o qual estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Os EPU são gastos destinados ao pagamento de proventos com aposentadorias e pensões decorrentes de Leis Específicas, conforme discriminado na tabela 1.

A quantidade de créditos no segundo trimestre do exercício de 2017 por espécie de Benefícios com EPU estão discriminados na tabela a seguir.

Tabela 2 - Quantidade de Créditos com Encargos Previdenciários da União – EPU

Discriminação	R\$ milhares				
	Quantidade				
	set/17	ago/17	jul/17	Total	Média
ECT	5.061	5.007	5.112	15.180	5.060
Rede Ferroviária	41.342	41.581	41.816	124.739	41.580
Estatutário	860	864	870	2.594	865
Anistiados	630	639	643	1.912	637
Talidomida	1.062	1.061	1.053	3.176	1.059
LOAS	4.639.652	4.629.131	4.613.697	13.882.480	4.627.493
Hemodiálise - Caruaru	52	54	54	160	53
Hanseníase	5.963	5.974	6.000	17.937	5.979
Total	4.694.622	4.684.311	4.669.245	14.048.178	4.682.726

Fonte: DATAPREV - Nota Técnica, competência Jul./Ago./Set./2017.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Terceiro Trimestre de 2017

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Órgão 55000, e recebidos pelo INSS, Órgão 37202, por meio da Setorial Financeira. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do FRGPS são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 para a Setorial Financeira do Órgão 37904.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS, por repasse, no terceiro trimestre do exercício de 2017.

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Previdenciários

R\$ milhares			
Tipo de Fonte	Fonte	Fonte Recursos	Valor
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	54	Recursos do Regime Geral de Previd. Social	2.650.516.779.228,42
	88	Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	698.219.664.168,93
	44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	157.311.580.020,40
Subtotal			3.506.048.023.417,75
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	00	Recursos Ordinários	282.862.867.698,05
	51	Contr. Social s/o Lucro das Pessoas Jurídicas	80.137.158.095,42
	69	Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	8.624.139.084,80
	18	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	1.825.867.953,16
	56	Contribuição Plano Seguridade Social	1.437.995,75
	74	Tx/Mul. p/Poder de Polícia e Mul. Prov. Prod. Jud.	6.266,96
Subtotal			373.451.477.094,14
Total Geral			3.879.499.500.511,89

Fonte: SIAFI, 2017.

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.674 (um mil seiscentos e setenta e quatro) Agências da Previdência Social - APS¹. A concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais ocorrem nas APS e, para isso, o INSS possui uma estrutura

¹ Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Terceiro Trimestre de 2017

composta de bens móveis e imóveis para atendimento da clientela, bem como direitos que garantem a manutenção desses serviços.

A Tabela 4 relaciona os principais grupos de contas do ativo, nos quais é possível observar a relevância dos subgrupos “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” e “Imobilizado”, que correspondem a 24,97% e 52,26% do ativo total no terceiro trimestre do exercício de 2017, respectivamente, face aos 27,94% e 45,92% dos mesmos Subgrupos constantes no terceiro trimestre do exercício de 2016.

Enquanto no Subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” houve um decréscimo de 19,92%, nos dois períodos comparados, no Subgrupo “Imobilizado” ocorreu apenas um acréscimo de 2,00% no mesmo período.

Tabela 4 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo

		R\$ milhares				
Grupo	Subgrupo	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017	2016	AV(%) 2016
Ativo Circulante	Demais Créd.e Vr..à Cto. Pzo	1.352.590.136,51	24,97	(19,92)	1.689.030.877,64	27,94
	Caixa e Equival. de Caixa	1.163.471.005,74	21,48	(22,97)	1.510.399.269,78	24,99
	Estoques	31.006.795,30	0,57	2,26	30.322.814,17	0,50
	Var.Patr. Dimin. PG Antec.	123.313,95	0,00	(12,16)	140.390,29	0,00
Subtotal		2.547.191.251,50	47,03	(21,14)	3.229.893.351,88	53,43
Ativo Não Circulante	Imobilizado	2.830.926.655,91	52,26	2,00	2.775.411.799,67	45,92
	Ativo Realizável à Lg. Pzo.	27.554.783,04	0,51	(2,61)	28.291.892,54	0,47
	Investimentos	10.934.553,13	0,20	0,00	10.934.553,13	0,18



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Intangível	-	0,00	(100,00)	3.266,25	0,00
Subtotal	2.869.415.992,08	52,97	1,95	2.814.641.511,59	46,57
Total	5.416.607.243,58	100,00	(10,39)	6.044.534.863,47	100,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Dentre as contas que compõem os subgrupos “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do INSS”, merecem destaque os direitos relacionados com créditos por danos ao patrimônio, formado basicamente por pagamentos indevidos de benefícios assistenciais, recebimento de valores por terceiros relacionados com dolo, má-fé ou fraude, erros administrativos, fraude, entre outros. Maiores detalhamentos acerca dessa conta podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 1.

O Imobilizado é constituído basicamente por bens móveis e imóveis de uso especial, que são utilizados para a prestação de serviços à sociedade. Outras informações sobre o Imobilizado podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 2.

As obrigações do INSS são compostas por débitos com fornecedores e prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e fiscais, como também de débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

A Tabela 5 relaciona os Subgrupos de contas que compõem o Passivo Circulante e Não Circulante

No Grupo Passivo Circulante, merece destaque por sua relevância, o Subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”, detalhado na Nota Explicativa nº 4.

Em referência ao Grupo Passivo Não Circulante, o Subgrupo que apresenta importância é o dos “Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo”, o qual a Nota Explicativa nº 5 apresentará mais detalhes.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 5 - Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Grupo	Subgrupo	2017	AH (%) 2017	2016
Passivo Circulante	Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar - CP	1.617.970.472,52	9,57	1.476.675.847,30
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	532.985.315,33	(34,65)	815.543.432,14
	Demais Obrigações a Curto Prazo	400.356.713,17	16,60	343.358.647,24
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	759.210,07	141,55	314.311,16
Subtotal		2.552.071.711,09	(3,18)	2.635.892.237,84
Passivo Não Circulante	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	47.284.809.312,96	11,59	42.372.778.175,15
	Demais Obrigações a Longo Prazo	615.335,92	(7,86)	667.815,70
Subtotal		47.285.424.648,88	11,59	42.373.445.990,85
Total		49.837.496.359,97	10,73	45.009.338.228,69

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Terceiro Trimestre de 2017

O Balanço Orçamentário - BO é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados².

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual⁴.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

² MCASP: MANUAL DE CONTABILIDADE Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 6. Ed.; 2014.

³ Idem.

⁴ Idem.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo INSS, cuja destinação é para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

(b) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo apurados em Tomada de Contas Especial – TCE, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituível e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até o término do exercício seguinte.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são com almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após o término do exercício seguinte.

Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber após o término do exercício social seguinte, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais, o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento até o



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

término do exercício seguinte, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento até o término do exercício seguinte.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo são compostos pelos Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, os Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Valores de Curto Prazo. São reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.

O INSS apresentou um saldo de R\$ 1,352 bilhão no terceiro trimestre de 2017, referente a Créditos e Valores de Curto Prazo.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Grupo “ Demais Créditos e Valores de Curto Prazo” no terceiro trimestre de 2016 e 2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

R\$ milhares			
Grupo 11.300.00.00	Setembro/2017	Setembro/2016	AH(%)
Adiantamentos Concedidos	465.332.559,44	471.826.746,52	(1,38)
Créditos por Dano ao Patrimônio	562.668.965,05	887.305.961,77	(36,59)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.628.868,50	9.233.379,96	(6,55)
Outros Créditos a Receber e valores de Curto Prazo	330.745.080,60	330.625.635,83	0,04
Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo	(14.785.337,08)	(9.960.846,44)	48,43
Total	1.352.590.136,51	1.689.030.877,64	(19,92)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Do subgrupo acima, os Créditos por Dano ao Patrimônio merecem destaque, tendo em vista que, em setembro de 2017, totalizou-se R\$ 562 milhões e estão distribuídos em três Subgrupos, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição

R\$ milhares			
Subgrupo 11.340.00.00	Setembro/2017	Setembro/2016	AH(%)
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	560.113.510,57	677.080.137,85	(17,28)
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em TCE	2.329.069,51	210.225.823,92	(98,89)
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em Processo Judicial	226.384,97	0,00	100,00
Total	562.668.965,05	887.305.961,77	(36,59)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Dos Créditos por Dano ao Patrimônio, 99% referem-se aos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, os quais são compostos, em grande parte, pelos Pagamentos Indevidos de Benefícios – Pós Óbito.

A variação negativa de 17,28%, ocorrida entre setembro de 2016 e setembro de 2017 dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo é explicada em virtude de transferência dos créditos de caráter previdenciário para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS e do recebimento de valores devidos pelos bancos referente aos processos de cobranças “pós óbito”.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Por fim, a variação negativa de 98,89% apresentada entre setembro de 2016 e setembro de 2017 dos Créditos por Dano ao Patrimônio Apurados em TCE é justificada na Nota 02.

Nota 02 – Baixa de Sdo. do Gpo 11.341.02.00 – Crédito por Dano ao Patr. Decisão TCU

Inicialmente, a Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional-CCONT/STN, por meio de mensagem SIAFI sob o nº 2017/1116047, informou que a forma de contabilização de valores apurados em Tomadas de Contas Especiais – TCE fora alterada. Em síntese, serão reconhecidos como ativos apenas os valores cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União - TCU, com imposição de débito ao responsável.

Dessa forma, foram baixados, na ordem de 210 milhões, os valores constantes no Grupo 11.341.02.00 – Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU em setembro de 2017. Logo, foram registrados os valores acima em contas do Grupo 89.732.00.00 – Diversos Responsáveis Apurados, conforme mensagem emitida pela CCONT/STN de nº 2017/1153156.

Assim, o registro na conta do Grupo 89.732.00.00 – Diversos Responsáveis Apurados estão sendo avaliados e, conforme análise das Comissões Permanentes de Tomada de Contas Especial – CPTCE, as decisões proferidas pelo TCU, nos processos encaminhados para julgamento, poderão ensejar em baixa e/ou registros nos Grupos 11.341.02.00 - Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU ou 12.121.05.00 - Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU.

Nota 03 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Terceiro Trimestre de 2017

No terceiro trimestre, o INSS apresentou um saldo líquido de R\$ 2,830 bilhões relacionados ao Imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Grupo do Imobilizado, para o terceiro trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 8 - Imobilizado – Composição

R\$ milhares			
Grupo 12.300.00.00	Setembro/2017	Setembro/2016	AH (%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	542.986.156,13	504.620.491,27	7,60
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada Bens Móveis	(291.442.340,35)	(247.488.217,91)	17,76
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	2.579.382.840,13	2.518.308.594,76	2,43
Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	(29.068,45)	(100,00)
Total Líquido	2.830.926.655,91	2.775.411.799,67	2,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Vale destacar a variação positiva de 17,76% ocorrida na depreciação entre o terceiro trimestre de 2016 e 2017. Explica-se pelo maior desgaste ou obsolescência dos itens patrimoniais em utilização, bem como a aquisição de novos bens pelas unidades do INSS.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em setembro de 2017, totalizaram R\$ 542 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhados na tabela a seguir.

Tabela 9 - Bens Móveis – Composição

R\$ milhares			
Subgrupo 12.311.00.00	Setembro/2017	Setembro/2016	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	44.760.190,33	40.878.623,41	9,50
Bens de Informática	216.778.099,92	208.692.190,55	3,87
Móveis e Utensílios	228.020.035,17	202.137.885,02	12,80
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.326.386,17	13.324.746,12	0,01
Veículos	17.581.259,38	17.712.307,98	(0,74)
Armamentos	7.800,00	7.800,00	0,00
Demais Bens Móveis	22.512.385,16	21.866.938,19	2,95
Total	542.986.156,13	504.620.491,27	7,60

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 82% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, os quais são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral utilizados para fins administrativos.

Vale destacar um aumento de 12,80% apresentado na rubrica de móveis e utensílio, devido a novas aquisições, com objetivo de atender às diversas atividades administrativas do órgão.

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que futuramente, e vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central. Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores ou dirigentes do INSS, ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de Reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS no terceiro trimestre de 2017 totalizaram R\$ 2,579 bilhões e estão contabilizados em grande parte no subgrupo de Bens de Uso Especial não registrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET.

A tabela abaixo demonstra a composição dos bens de uso especial não registrados no SPIUNET no terceiro trimestre de 2016 e 2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 10 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição

R\$ milhares			
Subgrupo 12.321.02.00	Setembro/2017	Setembro/2016	AH (%)
Imóveis Residenciais e Comerc.	295.997.827,54	83.453.326,94	254,69
Edifícios	1.939.216.460,39	2.020.087.956,99	(4,00)
Terrenos/Glebas	60.535.763,76	56.969.923,70	6,26
Armazéns/Galpões/Silos	10.666.944,33	10.802.356,93	(1,25)
Estacionamentos e Garagens	1.142.241,48	1.117.192,24	2,24
Lojas	26.314.390,85	25.737.319,76	2,24
Salas e Escritórios	22.485.354,96	27.099.866,17	(17,03)
Total	2.356.358.983,31	2.225.267.942,73	5,89

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A variação apresentada de 254%, na rubrica Imóveis Residenciais/Comerciais, entre o terceiro trimestre de 2016 e 2017 é justificada pelo atendimento do Memorando-Circular Conjunto nº 8 /DIPAI/CGEPI/DIROFL/INSS DE 06/04/2016 por parte dos gestores do SGPIWEB. Essas ações acarretaram em grande parte a baixa de obras em andamento e inclusão em Imóveis Residenciais/Comerciais por conta da conclusão de obra das APS.

Depreciação

Os procedimentos para a evidenciação da depreciação de Bens Móveis do INSS tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN.

Nota 04 – Passivo Circulante

No terceiro trimestre de 2017, constava no INSS saldo em aberto de R\$ 2.552.071.711,09 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e dois milhões, setenta e um mil, setecentos e onze reais e nove centavos) referentes ao Passivo Circulante. A seguir, apresenta-se a tabela, em subgrupo.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 11 - Passivo Circulante – Composição do INSS

R\$ milhares

Grupo	Subgrupo	Setembro/2017	Setembro/2016	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE	Obr. Trab, Prev. e Ass a Pag. Cto. Pzo.	1.617.970.472,52	1.476.675.847,30	9,57
	Fornecedores e Contas a Pag. Cto. Pzo.	532.985.315,33	815.543.432,14	(34,65)
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	759.210,07	314.311,16	141,55
	Demais Obrigações a Curto Prazo	400.356.713,17	343.358.647,24	16,60
Total		2.552.071.711,09	2.635.892.237,84	(3,18)

Fonte: SIAFI, 2017/2016

O Subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo no terceiro trimestre de 2017 teve redução de 34,65% com relação ao mesmo período do ano passado devido em grande parte ao contingenciamento do orçamento por meio do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017.

A tabela abaixo representa os valores das contas do passivo circulante segregados em Indicador de Superávit Financeiro – ISF, com ISF F (Financeiro) que são as despesas já empenhadas e na maioria das vezes já liquidadas e com ISF P (Permanente) que são os registros do passivo (registro de RPV, precatório, por insuficiência orçamentária ou despesa de exercício anterior), ou seja, ainda não foi emitida a nota de empenho da despesa.

Tabela 12 - Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

R\$ milhares

Ano	ISF	Valor Total
2017	F	186.385.229,56
	P	346.600.085,77
2016	F	347.763.704,98
	P	467.779.727,16

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

Dessa forma, houve uma diminuição de 46,40% nos valores com ISF F no terceiro trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 e uma diminuição de 25,91% nos valores com ISF P, respectivamente.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

As tabelas a seguir apresentam os principais fornecedores do Órgão 37202 – Instituto Nacional do Seguro Social do terceiro trimestre de 2017, segregados em ISF F e P.

Tabela 13 - Fornecedores com ISF F

R\$ milhares

Fornecedores	ISF Lanç.	Saldo Atual
42422253000101-Empresa de Tecnol. e Inform. da Prev. Social – DATAPREV	F	156.481.241,45
00360305000104 - Caixa Econômica Federal	F	3.540.432,95
01159435000146 - Provider Soluções Tecn. Ltda. (Em Recuperação Judicial)	F	3.146.971,92
1077145000153 - Datametrica Contact Center Ltda.	F	2.789.391,47
Total		165.958.037,79

Fonte: SIAFI, 2017.

Corresponde a fornecedores que passaram da primeira e segunda fase da despesa, ou seja, com emissão de empenho e na maioria das vezes já liquidadas, aguardando somente o pagamento da despesa.

O credor Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, prestadora de serviço de processamento de dados no âmbito do INSS, representa 94,28% do total dos principais fornecedores a ser pago nesse trimestre, com saldo na conta 21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

Tabela 14 - Fornecedores com ISF P

R\$ milhares

Fornecedores	ISF Lançamento	Saldo Atual
42422253000101 – Empr. de Tecn. e Inf. da Prev.Soc. – DATAPREV	P	318.157.885,05
58160789000128 - Banco Safra S A	P	5.195.215,25
07237373000120 - Banco do Nordeste do Brasil SA	P	2.323.088,57
92702067000196 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul SA	P	1.522.124,11
Total		327.198.312,98

Fonte: SIAFI, 2017

Registros efetuados em atendimento ao regime de competência, na ocorrência do fato gerador, sem suporte orçamentário.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

O credor Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, prestadora de serviço de processamento de dados no âmbito do INSS, representa 97,23% do total dos principais fornecedores com registro de passivo, sem suporte orçamentário, ou seja, despesa a ser empenhada nesse trimestre, com saldo na conta 21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

O Subgrupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo teve aumento de 141,55% devido a dois empenhos emitidos com passivo anterior na UG 512060/57202 que totalizam o valor de R\$ 447.594,88 na conta 21.435.14.02 - Taxa pela Prestação de Serviços.

Nota 05 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo. É mensurado ou avaliado com base no valor original.

No terceiro trimestre, o INSS apresentou um saldo de R\$ 47,285 bilhões de Passivo Não Circulante.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Passivo Não Circulante, para o terceiro trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 15 - Passivo Não Circulante – Composição

R\$ milhares			
Grupo 22.000.00.00	Setembro/2017	Setembro/2016	% AH
Empréstimo e Financiamentos a Longo Prazo	47.284.809.312,96	42.372.778.175,15	11,59
Demais Obrigações a Longo Prazo	615.335,92	667.815,70	-7,86
Total	47.285.424.648,88	42.373.445.990,85	11,59

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

De acordo com a tabela acima, grande parte, 99%, do Saldo Contábil no Grupo Passivo Não Circulante, em setembro/2017, é decorrente do Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, que entre si celebram a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999, destinado a financiar o déficit financeiro do INSS.

Pela relevância, a variação apresentada de 11,59% dos Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo em relação ao terceiro trimestre de 2016 e 2017 foi decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.

Nota 06 – Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado.

Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009 o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às IFs.

A partir de janeiro de 2010 o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas visando melhoria e garantindo a transparência necessária.

Realizou-se então o processo licitatório que culminou com anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as IFs remuneravam o INSS estritamente no tocante a valores pagos referentes a benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha, passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrado pelo INSS.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

A receita arrecadada é contabilizada conforme os códigos de cada leilão: 20002 (2º Leilão 016/2014), 20029 (1º Leilão nº 07/2009) e 20042 (Estoque). Seguem os valores da arrecadação até o terceiro trimestre de 2017 em cada um dos códigos de recolhimento.

Tabela 16 - Receita do Leilão por Código de Pagamento

R\$ milhares

Código	Setembro/2017
20029-8 – 1º Leilão	172.902.753,61
20042-5 – Estoque	55.193.853,66
20002-6 – 2º Leilão	500.499.132,70
Total	728.593.739,97

Fonte: SIAFI.

Destacamos na tabela abaixo a arrecadação referente à receita do leilão dos anos de 2015, 2016 e do terceiro trimestre de 2017.

Tabela 17 - Receita do Leilão – 2015 a 2017 (3º Trimestre)

R\$ milhares

Código	2015	2016	2017 (3º Trimestre)
20029-8 – 1º Leilão	236.727.481,00	232.731.700,77	172.902.753,61
20042-5 – Estoque	69.006.779,00	72.655.896,05	55.193.853,66
20002-6 – 2º Leilão	138.628.976,00	425.361.795,89	500.499.132,70
Total	444.363.236,00	730.749.392,71	728.593.739,97

Fonte: SIAFI.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

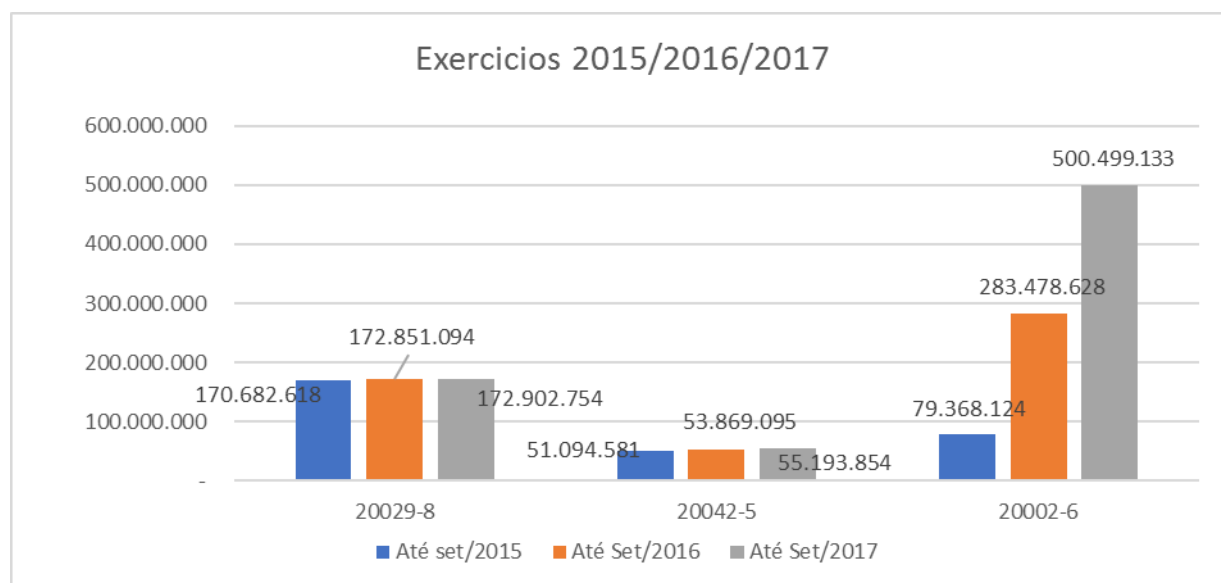
Tabela 18 - Receita do Leilão – Arrecadação até Setembro (2015, 2016 e 2017)

R\$ milhares

Código	Até Set 2015	Até Set 2016	Até Set 2017
20029-8 – 1º Leilão	170.682.618	172.851.094	172.902.754
20042-5 – Estoque	51.094.581	53.869.095	55.193.854
20002-6 – 2º Leilão	79.368.124	283.478.628	500.499.133
Total	301.145.324	510.198.816	728.593.740

Fonte: SIAFI.

Gráfico 1- Receitas Arrecadadas até o 3º trimestre - Exercícios de 2015 a 2017



Nota 07 – Restos a Pagar

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar são despesas empenhadas, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços não foi concluído no exercício financeiro correspondente.

Restos a Pagar Não Processados em Liquidação são despesas empenhadas em que o credor forneceu os bens ou prestou o serviço, contudo a entrega do bem ou serviço se encontram na fase de análise e conferência.

Restos a Pagar Processados são despesas empenhadas e liquidadas cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços já ocorreu aguardando somente o pagamento.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

A tabela abaixo abrange a inscrição e reinscrição dos valores de Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados do INSS com execução no exercício financeiro de 2017 em comparação ao ano de 2016.

Tabela 19 - Inscrição e Reinscrição de Restos a Pagar

R\$ milhares

Grupo da despesa	Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos- 2017	Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos – 2016	AH%	Restos a Pagar Processados Inscritos e Reinscritos - 2017	Restos a Pagar Processados Inscritos e Reinscritos - 2016	AH (%)
1- Pessoal e Enc. Sociais	66.877.302,80	139.112.115,93	(51,93)	2.048.674,43	1.396.515,81	46,70
3 - Outras Despesas Correntes	301.291.106,68	218.949.703,58	37,61	672.177.035,63	1.793.598.679,70	(62,52)
4 - Investimentos	59.880.720,51	26.445.994,39	126,43	289.806,40	2.394.660,31	(87,90)
5 - Inversões Financeiras	0,00	227.000,00	(100,00)	0,00	0,00	
Total	428.049.129,99	384.734.813,90	11,26	675.098.442,81	1.797.389.855,82	(62,44)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No montante dos Restos a Pagar Não Processados constam o valor de R\$ 204.449.390,79 inscritos no exercício financeiro de 2016, sendo executado no exercício de 2017 e o valor de R\$ 223.599.739,20 reinscritos, ou seja, inscritos em anos anteriores. Os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 662.273.275,93 (executado no exercício de 2017) e o valor de R\$ 12.825.166,88 correspondem aos Restos a Pagar Processados reinscritos.

A tabela abaixo abrange a execução dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação, por Grupo de Despesa, do terceiro trimestre de 2017 em comparação ao mesmo período do ano passado.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 20 - Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

Grupo da despesa	Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação- 2017	Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação- 2016	AH (%)	Restos a Pagar Não Processados Pagos- 2017	Restos a Pagar Não Processados Pagos- 2016	AH (%)
1- Pessoal e Encargos Sociais	1.352.448,18	66.766.936,55	(97,97)	73.222,42	72.330.464,03	(99,90)
3 - Outras Despesas Correntes	187.326.768,99	154.555.016,65	21,20	96.912.922,52	52.006.569,55	86,35
4 - Investimentos	14.945.590,73	12.680.602,86	17,86	41.221.776,98	6.149.648,05	570,31
5 - Inversões Financeiras		227.000,00	(100,00)			
Total	203.624.807,90	234.229.556,06	(13,07)	138.207.921,92	130.486.681,63	5,92

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Os Restos a Pagar não Processados a Liquidar de 2017 representam o valor de R\$ 203.149.032,47 do montante total e o valor dos restos a pagar não processados em liquidação é de R\$ 475.775,43.

A execução dos Restos a Pagar não Processados nesse terceiro trimestre de 2017 foi de 38,28%, com relação aos valores pagos e os valores inscritos e reinscritos. Informamos que o valor de RP Não Processados a Liquidar Bloqueados foi de R\$ 73.744.327,60; o valor cancelado de R\$ 8.542.697,83 de RP Não Processados e de RP Não Processados Liquidados a Pagar no valor de R\$ 3.929.374,67.

A tabela abaixo abrange os Restos a Pagar do terceiro trimestre de 2017, por Grupo de Despesa, em comparação ao mesmo período do ano passado.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Terceiro Trimestre de 2017

Tabela 21 - Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

Grupo da despesa	Restos a Pagar Processados a Pagar - 2017	Restos a Pagar Processados a Pagar - 2016	AH (%)	Restos a Pagar Processados Pagos - 2017	Restos a Pagar Processados Pagos - 2016	AH (%)
1- Pessoal e Encargos Sociais	1.483.087,84	660.032,19	124,69	554.082,74	736.483,62	(24,76)
3 - Outras Despesas Correntes	17.741.236,41	109.861.003,58	(83,85)	654.344.948,03	1.683.502.182,51	(61,13)
4 - Investimentos	231.650,47	294.556,66	(21,35)	638.829,05	2.049.593,26	(68,83)
Total	19.455.974,72	110.815.592,43	(82,44)	655.537.859,82	1.686.288.259,39	(61,12)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A execução dos restos a pagar processados nesse terceiro trimestre de 2017 foi de 97,10%, com relação aos valores pagos e os valores inscritos e reinscritos. Informamos que o valor de RP Processados Cancelados foi de R\$ 104.608,27.